

# Tempos de crise, reformas e insegurança econômica na América Latina

Laumar Neves de Souza\*

## Resumo

Este artigo foi redigido com a intenção de mapear alguns dos principais fatos que marcaram e definiram a conjuntura econômica e social da América Latina entre os anos de 1980 e 1990. Conforme se poderá comprovar, toda discussão que nele se realiza é conduzida com o propósito de apresentar alguns elementos que estão na origem do problema da insegurança econômica vivida pela sociedade latino-americana.

**Palavras-chave:** Crise econômica; Reformas econômicas; Insegurança econômica; América Latina; Mercado de trabalho.

## Abstract

*This article is written intending to outline some of the main facts that had marked and defined Latin America's economic and social conjuncture between 1980 and 1990. As the reader will confirm, any discussion carried out in this article is conducted with the purpose of showing some elements in the origin of the economic insecurity problem suffered by the Latin American society.*

**Key words:** *Economic crisis; Economic reforms; Economic insecurity; Latin America; Labor Market.*

## INTRODUÇÃO

Este artigo foi redigido com a intenção de mapear alguns dos principais fatos que marcaram e definiram a conjuntura econômica e social da América Latina entre os anos de 1980 e 1990. Conforme se poderá comprovar, toda discussão que nele se realiza é conduzida com o propósito de apresentar alguns elementos que estão na origem do problema da insegurança econômica vivida pela sociedade latino-americana<sup>1</sup>.

Sendo assim, ao iniciá-lo, procura-se detalhar as condições macrossociais que imperaram nos países latino-americanos nas duas últimas décadas do século passado e que ainda imperam, infelizmente, na presente década. Ao se fazer isso, é possível identificar as raízes da insegurança econômica pela qual passa a sociedade latino-americana e que possui como traços mais definidores o sentimento de piora nas condições gerais de vida e a sensação de incerteza quanto ao futuro.

Na seqüência, são feitos alguns comentários a respeito do panorama econômico latino-americano que antecedeu o período de reformas que se instalou na região a partir da década de 1980. Logo depois, parte-se para analisar os elementos e/ou as políticas que deram o tom das reformas, ao tempo em que se destaca o esforço daqueles que defenderam sua implantação para dotar seus argumentos de uma elevada dose de "inexorabilidade", tentando, nesse sentido, fazer crer à sociedade latino-americana que aquela era a única alternativa possível à instalação do caos.

Mais adiante são evidenciados os principais elementos que conformam, por assim dizer, a "nova lógica" de funcionamento do sistema capitalista na fase em que foram gestadas tais reformas na América Latina, de tal sorte que se torne possível perceber, mais à frente, a impossibilidade de se atingir a correção de determinados problemas cruciais, a exemplo das distorções existentes no mercado de trabalho latino-americano. Em se tratando desse problema, especificamente, procura-se apontar, de forma detalhada, os motivos que impediram sua correção.

\* Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador da SIEL. laumar@sel.ba.gov.br.

<sup>1</sup> O autor agradece os lúcidos comentários e a revisão minuciosa de Diva Ferlin, ao tempo que também a isenta das possíveis incorreções que tenham, porventura, permanecido.

Analisadas essas questões, parte-se, por fim, para averiguar algumas estatísticas que permitem traçar uma espécie síntese do panorama social dessa sociedade. Nesse ponto, é conferida uma ênfase especial às informações relativas ao quadro de pobreza e desigualdade de rendimento atualmente vigente na região, de modo a se perceber o quanto foram malfadadas as reformas econômicas no sentido de corrigir problemas para os quais deveriam ser a solução.

### RAÍZES DA INSEGURANÇA ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA

Nos últimos dois decênios do século passado, a sociedade latino-americana foi sendo tomada por um forte sentimento de insegurança. Isso é o que mostra, por exemplo, Rodrik (2001), ao comentar os resultados de uma pesquisa, de caráter transnacional, realizada pelo *Mirror on the Americas Poll Wall Street Journal Interactive Edition*, em 1999, com o objetivo de aferir as expectativas de mudança em seus níveis de vida.

Nessa pesquisa foi possível constatar que 61,2% das pessoas entrevistadas pensavam que seus pais tinham vivido melhor que eles. Além dessa informação bastante valiosa, a pesquisa captou outras duas informações que, assim como a primeira, eram muito preocupantes, pois expressavam certo pessimismo em relação ao futuro.

Uma delas dizia respeito ao fato de que menos da metade das pessoas entrevistadas (46,1%) acreditava na possibilidade de que seus filhos pudessem ter uma vida melhor do que a que eles tiveram. A outra se referia à forte demanda de seguro social esboçada por todos os grupos sociais, tendo em vista que quase ¾ dos entrevistados expressaram o desejo de que se gastasse mais com pensões.

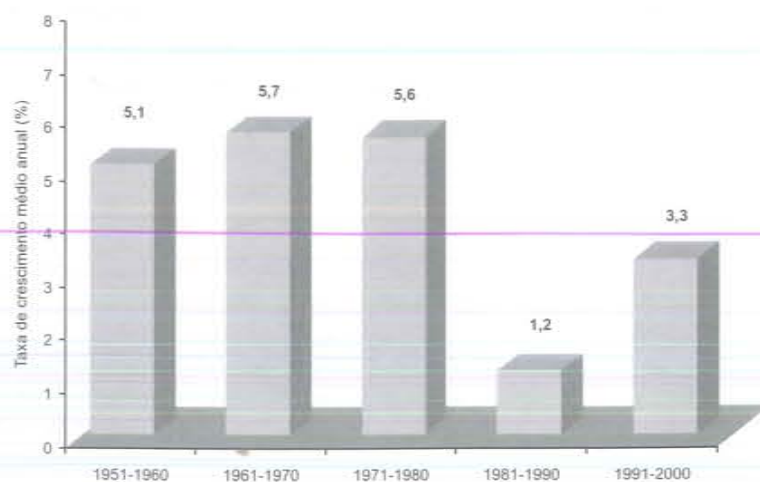
Diante dessas informações, resta o questionamento sobre quais os elementos responsáveis pela configuração de um ambiente de tamanha desesperança. Tomando como referência a linha de raciocínio desenvolvida por Rodrik (2001),

pode se dizer que existem três fatores que contribuem para explicar, de forma decisiva o crescimento da insegurança econômica na América Latina. O primeiro deles, segundo sua visão, se associa ao trauma dos anos de 1980, decorrente da crise da dívida externa.

Tal crise, como todos sabem, acabou provocando uma recessão profunda e prolongada nos países da região, em função do que se produziram fortes baixas em matéria de rendimento e emprego. Conforme destaca Altenburg, Qualmann e Weller (2001), o baixo crescimento econômico da década de 1980, quando comparado aos níveis médios de crescimento registrados nas décadas anteriores e na década de 1990 (Gráfico 1), obstaculizou a criação de postos de trabalho no setor formal da economia.

Em razão do rápido crescimento da oferta de força de trabalho, o setor informal passou a funcionar como espécie de válvula de escape, absorvendo tanto a força de trabalho dispensada em virtude da crise, quanto aquela que pela primeira vez exercia algum tipo de pressão sobre o mercado de trabalho. Como seria de se esperar, em função dessa expansão da ocupação no setor informal, a produtividade média do trabalho se reduziu e as remunerações reais diminuíram, muitas vezes em combinação com taxas inflacionárias elevadas.

**Gráfico 1**  
Evolução do crescimento econômico, em médias anuais do PIB, América Latina e Caribe, 1951-2000



Fonte: CEPAL, 2002, p. 32

A percepção desse quadro por parte dos estudiosos das questões relativas ao mercado de trabalho, ressalta Weller (2000; 2004), fez surgir o consenso de que, embora as taxas de desemprego, medidas no intervalo de tempo acima mencionado, se situassem em níveis médios relativamente reduzidos, graves problemas laborais persistiam na América Latina. Certamente, o mais importante deles era o subemprego (visível e invisível) que caracterizava grandes grupos de trabalhadores da agricultura campestre e do setor informal urbano.

Em face desse cenário, fica evidente que os países da América Latina não conseguiram difundir amplamente, em seus respectivos mercados de trabalho nacionais, o emprego formal. Segundo informam Dedecca e Baltar (1997), as causas desse fenômeno se encontram em três frentes. A primeira se relaciona ao fato de que o processo de modernização, levado a cabo nas economias da região, não resultou na ampliação do grau de assalariamento. A segunda está relacionada com o fato de que o processo de transformação econômica pelo qual passaram os países integrantes não suscitou alterações de grande monta no plano da organização social. A terceira, por sua vez, encontra-se na combinação de fatores de ordem econômica e política, os quais não perpetraram uma organização do Estado e da sociedade capaz de equacionar as grandes chagas que marcam esses países: as questões agrária, regional, urbana e das políticas sociais.

A definição desse quadro conduz à conclusão de que o problema da exclusão econômica e social na América Latina — nos dias que correm ainda mais agravado em função, sobretudo, da influência da globalização da economia mundial — tem sua origem na não-definição de uma estratégia de homogeneização social que permita o surgimento de um mercado de trabalho menos fragmentado. Em virtude desse estado de coisas é que os países latino-americanos não conseguiram desencadear um esquema de amplificação das relações assalariadas, sujeitas à proteção social, a chamada *standard employment relationship*, como foi o caso, por

exemplo, dos países de capitalismo avançado (DEDECCA; BALTAR, 1997).

Mesmo sendo esse o contexto da sociedade latino-americana, a saída para a crise da dívida dos anos de 1980 foi a implementação de uma série de reformas que, em realidade, se prestaram a debilitar suas já frágeis instituições de seguro social. Em função disso, o emprego se tornou, em geral, menos estável e as redes de segurança proporcionadas pelo setor público se debilitaram. Isso por que, as linhas-

mestras de tais reformas possuíam um conteúdo que privilegiava as iniciativas do mercado — realçando seu raio de ação — em detrimento da intervenção do governo na esfera econômica (RODRIK, 2001).

O segundo fator, que na avaliação de Rodrik (2001) provoca a elevação da insegurança econômica na América Latina, é precisamente o fato de que, quando chegaram os anos de 1990, a região se depauperou com um mundo de grande volatilidade macroeconômica, impulsionada, em parte, por fluxos de capitais erráticos ou, ao menos, ampliada por eles. Não há como negar que, à medida que se incorporaram ao mercado internacional de capitais, os países perderam a capacidade e/ou "abriram mão" de formular políticas macroeconômicas de forma independente, tornando-se, não raras vezes, reféns dos caprichos dos investidores internacionais de curto prazo. Com efeito, instrumentos como a política fiscal e o tipo de câmbio foram sobrepujados pela necessidade de se administrar fluxos de capital e já não puderam ser destinados a promover a estabilidade interna. Nesse esquema, a política macroeconômica se divorciou cada vez mais da economia real, fato esse que exacerbou a volatilidade dos resultados econômicos<sup>2</sup>.

Por fim, o terceiro fator responsável pelo incremento da insegurança econômica diz respeito,

<sup>2</sup> Esse cenário é validado pela própria CEPAL (2002), ao avaliar a sustentabilidade do desenvolvimento na América Latina e no Caribe, na medida que reconhece, categoricamente, que na década de 1990 o crescimento econômico foi volátil e esteve vinculado aos ciclos dos fluxos internacionais de capitais. Prova disso é que o período de crescimento econômico — primeira metade dos anos de 1990 — coincide exatamente com o período em que as transferências líquidas de recursos para a região foram maiores. Esse movimento de capitais, se de um lado teve esse efeito positivo, por outro permitiu a acumulação de grandes desequilíbrios macroeconômicos que se refletiram, em seguida, na vulnerabilidade dos países da região ao "contágio" das crises financeiras externas.

justamente, conforme sugere Rodrik (2001), ao fato de que, até agora, as instituições sociais e políticas na América Latina não se sensibilizaram, adequadamente, ao clamor por maior segurança econômica. Na opinião desse autor, ao invés de assumirem, de forma consistente, as novas responsabilidades que exigem a administração do risco em sociedades orientadas ao mercado, os Estados procuraram se eximir.

Ainda no entendimento desse autor, a razão desse comportamento decorre da existência de um emaranhado de situações. Uma primeira, por certo, refere-se ao fato de os sistemas políticos em seu conjunto não estarem criando mecanismos viáveis de participação. Para comprovar essa realidade, basta observar a falta de representatividade dos parlamentos nacionais, bem como de seus processos de fragmentação, e a debilidade dos partidos políticos. Uma segunda diz respeito à falta de capacidade dos sindicatos, evidenciada em tempo recente, de pensar e operacionalizar uma estratégia adequada e global dirigida a encarar, a um só tempo, o problema da insegurança no emprego e o da perda de sindicalizados.

Por último, uma terceira é, indiscutivelmente, a monopolização dos debates em torno de uma visão estreita de política de desenvolvimento, bem à feição do receituário proposto pelo Consenso de Washington e notoriamente restringida pelos "requisitos" da integração econômica mundial, contexto esse que tem impedido o surgimento de uma visão alternativa (ou ao menos complementar) de reforma econômica impulsionada pelos interesses locais e pelas aspirações nacionais.

### Panorama econômico latino-americano no período pré-reformas

Para compreender melhor o sentido das reformas estruturais em curso na América Latina, pelo menos em alguns países desde 1985, é preciso ter em mente o panorama econômico latino-americano que caracterizou suas economias no período de tempo que

vai dos anos de 1940 até final da década de 1970, início dos anos de 1980. Seus traços mais marcantes durante esse período foram, sem sombra de dúvida, o forte protecionismo e a presença do Estado nas diversas atividades e setores econômicos (BANDEIRA; GARCIA, 2002).

### Quando se analisa todó o conjunto de reformas que foram levadas a cabo na América Latina, verifica-se que seu propósito geral era a eliminação de todo e qualquer obstáculo que impedisse o livre jogo das forças de mercado sobre a distribuição de recursos

A partir da segunda metade da década de 1980<sup>3</sup>, essa estrutura começou a ceder espaço para uma nova estratégia que, entre outros aspectos, dava prioridade à liberalização dos mercados, orientava-se para fora (para estimular o comércio e as ex-

portações) e propugnava menor intervenção do Estado. Segundo a interpretação de Morley (2000), quando se analisa todo o conjunto de reformas que foram levadas a cabo na América Latina, verifica-se que seu propósito geral era a eliminação de todo e qualquer obstáculo que impedisse o livre jogo das forças de mercado sobre a distribuição de recursos.

Vale notar, a esse respeito, que os defensores da implementação de tais reformas nos países latino-americanos procuravam, com seus argumentos, vender a idéia de que esse era o único caminho, confiável e seguro, pelo qual seria possível chegar a uma situação de maior eficiência do ponto de vista do sistema produtivo, elevação dos rendimentos e crescimento econômico.

Entre os defensores das reformas, estabeleceu-se um consenso em torno da idéia de implementá-las, custasse o que custasse. Essa tomada de posição era justificada pela crença de que a "antiga estratégia" de desenvolvimento era incapaz de garantir o crescimento econômico, principalmente devido aos desequilíbrios, distorções e ineficiências geradas pelas políticas adotadas a partir das décadas de 1940 e 1950. Naquele momento, como é exaustivamente retratado na literatura, o Estado assumiu, de forma gradual, um papel cada vez mais crucial nos processos de industrialização das economias latino-americanas, os quais se alicerçavam no modelo de substituição das importações.

<sup>3</sup> Para ser mais preciso, esse processo de reformas teve início na década de 1970 — em um número reduzido de países — com o objetivo de controlar as perturbações provocadas pelo primeiro choque do petróleo, em 1973.

É importante assinalar que essa atuação destacada do Estado implicou em repercussões econômicas consideráveis, na medida em que o funcionamento dos distintos mercados e a interação entre eles estiveram condicionadas por toda a estrutura criada no período que antecedeu a década de 1980. Nesse particular, também não se pode perder de vista o fato de que, se por um lado a ação do Estado favoreceu, de forma indiscutível, a industrialização de muitos países, de outro acabou resultando na geração de profundas distorções no sistema de preços relativos, o que trouxe como corolário ineficiência na distribuição dos recursos, reduzida produtividade e perda de bem-estar (BANDEIRA; GARCIA, 2002).

Em face desse cenário, de distorções e deficiências econômicas e sociais, somado às restrições externas agravadas pelos intensos movimentos no mercado internacional de produtos e pelas dificuldades financeiras<sup>4</sup>, consolidou-se a necessidade de promover reformas substanciais. Todas elas, como muito bem salienta Baumann (2001), tiveram seu desenho elaborado com base em uma leitura ortodoxa dos resultados que foram, a essa altura, obtidos com as experiências exitosas das economias emergentes do sudeste asiático.

### Natureza das reformas propostas

No entendimento dos que patrocinavam a implementação das reformas, não havia outra saída para os países latino-americanos senão adotá-las, ou seja, era uma tarefa a ser cumprida imediatamente, pois, quanto mais fossem postergadas e/ou adiadas maiores seriam os custos envolvidos, ou, dito de outra forma, mais doloroso seria o ajuste.

Em linhas gerais, pode se dizer, com base na interpretação sugerida por Baumann (2001), que houve para os países da América Latina uma "recomenda-

<sup>4</sup> Tal como informa Frenkel (2003), nos anos de 1981 e 1982 se interrompeu de forma abrupta o primeiro período de auge dos fluxos de capitais para as economias em desenvolvimento, o qual fora iniciado no princípio da década de 1970, dando lugar ao processo moderno de globalização financeira. Nesse período, o financiamento externo foi racionado e as negociações com os credores e os organismos internacionais multilaterais impuseram, geralmente, transferências líquidas ao exterior bastante vultosas.

ção" de reformas políticas orientadas ao mercado, sobre a base de quatro argumentos principais: a) a liberalização econômica teria o efeito de reduzir as ineficiências geradas pela má distribuição e desperdícios dos recursos; b) a liberalização econômica

### No entendimento dos que patrocinavam a implementação das reformas, não havia outra saída para os países latino-americanos senão adotá-las, ou seja, era uma tarefa a ser cumprida imediatamente, pois, quanto mais fossem postergadas e/ou adiadas maiores seriam os custos envolvidos

estimularia o processo de aprendizagem; c) as economias orientadas e/ou voltadas ao exterior conseguiriam enfrentar melhor os *shocks* externos adversos; d) os sistemas econômicos baseados no mercado se mostrariam menos inclinados a atividades com fins rentistas, geradoras de desperdício<sup>5</sup>.

Em verdade, as reformas implementadas na América Latina, a partir dos anos de 1980, se destinaram, evidentemente — tendo em vista seu conteúdo — a realçar o raio de ação do mercado e a frear o do governo. Vale notar que todas estiveram e/ou estão em perfeita conformidade com os elementos-chave — a privatização, a desregulamentação, a liberalização comercial e liberalização financeira — que deram substância ao chamado Consenso de Washington<sup>6</sup>.

A aposta no sucesso dessas políticas era tão grande que em nenhum momento se especulou a possibilidade de resultarem em ampliação da insegurança econômica, como foi o caso. Prova maior disso é que, como relata Rodrik (2001), na agenda do Consenso de Washington, não se observava nenhum tipo de receita e/ou medida que tivesse o objetivo de combater tal insegurança.

Na verdade, as questões discutidas pelos participantes da reunião, da qual saiu o referido Consenso, passavam ao largo da questão da insegurança. Tratou-se de política fiscal, de políticas de estabilização,

<sup>5</sup> Um aspecto interessante desses argumentos era que, na hipótese de se levar à frente as referidas reformas pró-mercado, todos sinalizavam para a construção de uma situação mais favorável em todos os planos (social, econômico e político) para os países da América Latina.

<sup>6</sup> Esse consenso foi retirado de uma reunião convocada pelo Instituto de Economia Internacional realizada em Washington nos EUA, em 1989, da qual participaram funcionários do governo norte-americano, bem como representantes do FMI, BIRD, BID e economistas acadêmicos latino-americanos. O intuito maior desse encontro foi avaliar as reformas de cunho neoliberal já em andamento — como já se antecipou desde 1985 —, na América Latina, ao tempo em que se propunha a criar a oportunidade de coordenação das ações por parte de entidades com papel importante nesse processo. Seguindo a interpretação sugerida por Tavares (1993), tal consenso nada mais era que um conjunto abrangente de regras de condicionalidades aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também, conforme argumenta essa mesma autora, de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes.

de liberalização comercial e financeira, de investimentos estrangeiros diretos, de privatizações e desregulação das atividades econômicas e de defesa da propriedade intelectual, menos de insegurança.

Essa foi uma situação absolutamente surpreendente, pois, como assevera o próprio Rodrik (2001), muitas reformas encaminhadas na América Latina em prol do mercado tinham o efeito previsível de aumentar o risco para os trabalhadores e os domicílios.

**Muitas reformas encaminhadas na América Latina em prol do mercado tinham o efeito previsível de aumentar o risco para os trabalhadores e os domicílios**

Várias são as evidências que corroboram esse ponto de vista. Como não aumentar a insegurança econômica em face de processos como os de liberalização comercial, privatização e desregulação, posto que implicavam em uma reestruturação da economia, o que, por conseguinte, conduziria, pelo menos no curto prazo, a um maior risco de perda de ocupação para os trabalhadores?

Diante do exposto, não há como deixar de concluir que a insegurança econômica gerada em função da crise da dívida se viu ampliada, posteriormente, precisamente pelos mecanismos (as reformas) que deveriam, pelo menos em tese, proporcionar seu estancamento. Não é por outra razão que mais recentemente surgiu a proposta de reformulação do próprio Consenso de Washington. Nessa espécie de Pós-Consenso de Washington ressaltou-se, sobretudo, a importância de os "países emergentes" terem um sólido sistema financeiro, cuja criação e manutenção exigem que o Estado participe ativamente, fato que se constituiu, para dizer o mínimo, numa guinada de 180° em relação às idéias retiradas do primeiro consenso (STIGLITZ, 1999 apud FILGUEIRAS, 2000).

**"Nova lógica" do sistema capitalista no período de reformas na América Latina**

Até esse momento, procurou-se apontar os elementos que deram origem a esse ambiente de insegurança econômica que tomou conta da sociedade latino-americana nos últimos 25 anos. Nesse processo, conseguiu-se identificar que a introdução de um conjunto de reformas econômicas foi um dos fatos que mais contribuíram para tal situação.

No entanto, pelo que se disse até aqui, não foi possível perceber quais eram os elementos que determinaram a lógica atual de funcionamento do sistema capitalista e, por conseguinte, impuseram a necessidade de se promover um conjunto de reformas econômicas, que, primeiramente, se fizeram presentes nos países ditos de capitalismo avançado e, posteriormente, se manifestaram também naqueles pertencentes à periferia do sistema. Assim sendo, toma-se absolutamente necessária a

realização de um esforço analítico para identificar quais elementos estão por trás das referidas reformas, motivando-as e colocando-as como processos "inexoráveis" em todas as partes do mundo.

Percorrer esse caminho revela-se uma tarefa indispensável, uma vez que esses elementos estão promovendo um complexo e intrincado processo de transformações econômicas, sociais e políticas, que simplesmente colocam em questão a organização das sociedades contemporâneas, dada a velocidade com que acontecem e a dimensão que assumem. Na verdade, o capitalismo em sua presente fase opera sob a égide e coordenação de três fenômenos distintos, porém intimamente articulados (a reestruturação produtiva, a globalização e o avanço das políticas neoliberais), os quais foram deflagrados a partir da crise que o sistema capitalista enfrentou no início dos anos de 1970 — também conhecida como a crise do regime de acumulação fordista — sendo, portanto, uma espécie de resposta e/ou tentativa do próprio sistema de superar mais uma de suas crises "existenciais".

Depois de passar por longo período de crescimento econômico, a chamada "idade de ouro" — que durou do final da Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1960, momento em que houve uma ampliação das forças produtivas jamais vista antes — o capitalismo passou a ter que conviver com alguns elementos que evidenciaram o esgotamento dessa fase de expansão. De modo mais preciso, instalou-se um processo recessivo, que pôs fim ao intenso crescimento econômico anterior, que se materializou, entre outras coisas, na contração dos níveis de investimento, na redução do crescimento da produtividade, na retração do ritmo da atividade econômica e, por conseguinte, na diminuição do nível de emprego.

No entanto, pelo que se disse até aqui, não foi possível perceber quais eram os elementos que determinaram a lógica atual de funcionamento do sistema capitalista e, por conseguinte, impuseram a necessidade de se promover um conjunto de reformas econômicas, que, primeiramente, se fizeram presentes nos países ditos de capitalismo avançado e, posteriormente, se manifestaram também naqueles pertencentes à periferia do sistema. Assim sendo, toma-se absolutamente necessária a

Para fazer frente a essas adversidades, foi adotado um conjunto de medidas que objetivavam retirar o capitalismo dessa situação de fragilidade. Naquele momento, tornava-se imperativo buscar alternativas que fossem capazes de redirecionar o sistema para o caminho do crescimento<sup>7</sup>.

Era preciso, portanto, superar o arranjo sócio-político-econômico fordista, colocando em seu lugar um novo regime de acumulação, denominado flexível, que foi levado à frente em função da ocorrência daquilo que, convencionalmente, ficou conhecido como processo de reestruturação produtiva, o qual se caracterizava por um conjunto de transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho. Em função de sua natureza, essas transformações permitiram a eliminação da referida crise, fazendo com que o sistema voltasse a crescer, só que desta vez a taxas bem mais modestas que as registradas nas décadas imediatamente anteriores à crise (COUTINHO, 1992).

Em linhas gerais, ainda conforme Coutinho (1992), as mudanças introduzidas por essa reestruturação produtiva consistiram basicamente no seguinte: realização de grandes investimentos nos chamados setores de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia e telecomunicações), modernização dos setores dinâmicos (automobilístico, máquinas e equipamentos e petroquímica) e reconversão e realocação dos setores tradicionais (siderurgia e têxtil).

Além das mudanças, no âmbito do processo de trabalho, essa reestruturação provocou a implementação de novas tecnologias de base microeletrônica, introduziu novos padrões de gestão/organização do trabalho e trouxe uma nova configuração para a relação capital/trabalho.

Todas essas mudanças visaram a flexibilização dos processos produtivos, comerciais e financeiros. Destarte, no plano tecnológico, substituiu-se a automação com base eletromecânica pela automação com base microeletrônica, o que possibilitou mudanças no processo produtivo, seja quantitativas (volume produzido), seja qualitativas (diferenciação de produto). Tudo isso objetivando: redução de custos, aumen-

<sup>7</sup> Nesse instante, as pretensões dos capitalistas iam muito além do que simplesmente querer recuperar o ciclo reprodutivo do capital. Como bem assinala Antunes (2002), as medidas postas em prática com vistas à superação da referida crise tinham também como meta a reposição do projeto de dominação social orquestrado pelo capital, o qual fora abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social.

to de produtividade (o produtivismo), garantia de competitividade, flexibilização do trabalho, neutralização dos conflitos entre capital e trabalho, busca de negociação e parceria.

Exatamente em função disso é que esses fatos vêm, indubitavelmente, modificando os contornos das relações que se configuram no plano do mundo do trabalho, ou seja: as relações no interior do processo produtivo, mais precisamente no interior das empresas; a divisão do trabalho; o mercado de trabalho; o papel dos sindicatos; as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho (MATTOSO, 1994; DRUCK, 2002; ANTUNES, 2002).

Neste ponto, é preciso destacar que existe todo um embate teórico acerca da questão das mudanças e se elas foram ou não bem-vindas para o mundo do trabalho. Aqueles que fazem apologia ao novo modelo produtivo chegam, até mesmo, a afirmar que ele "[...] é uma forma superior de os seres humanos produzirem coisas [...] Proporciona um desafio e uma satisfação maior no trabalho para os empregados em todos os níveis, da fábrica ao escritório central." (HUMPHREY, 1994, p. 151).

Quem segue essa linha de interpretação, costuma se justificar recorrendo a três argumentos básicos, a saber: 1) diante das formas de produção suscitadas pelo novo modelo de acumulação, o trabalho se torna mais diversificado e qualificado; 2) tais formas de produção conferem ao trabalhador a possibilidade de intervir, mesmo que de maneira limitada, na maneira pela qual o trabalho é projetado; 3) o novo modelo de organização da produção é fortemente dependente do consentimento e envolvimento dos trabalhadores<sup>8</sup>.

Há quem discorde dessa interpretação de maneira veemente. São aqueles que vislumbram o outro lado do modelo de acumulação em curso, ou seja, seu lado negativo e perverso. Para esse grupo, a ca-

<sup>8</sup> Ao refletir sobre os impactos desencadeados pelo modelo de acumulação flexível no plano dos processos de trabalho, Coutinho (1992) conclui que se passou a exigir da força de trabalho níveis médios bem mais elevados de qualificação, ao tempo em que se passou a dar mais ênfase à capacidade dos trabalhadores de interagirem e lidarem proficientemente com equipamentos digitalizados, controles e, principalmente, computadores. Em face dessa realidade, passou-se a exigir deles maior capacitação em raciocínios abstratos, matemática, interpretação de instruções, programação, capacidade de interpretar informações visuais, códigos etc., e de reagir a estes com presteza. Não obstante, como bem lembra Antunes (1995, p. 52), "[...] paralelamente a essa tendência se acrescenta uma outra, dada pela desqualificação de inúmeros setores atingidos por uma gama diversa de transformações que levaram à desespecialização do operário industrial oriundo do fordismo". Em sua avaliação, tal desespecialização é decorrente da criação da figura do trabalhador multifuncional, ação que significou um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, com vistas a diminuir seu poder sobre a produção, bem como a aumentar a intensidade do trabalho a ser desenvolvido.

racterística mais peculiar de tal modelo é a exclusão. E isso ocorre devido a alguns fatores. Um deles, é que a força de trabalho passa a ser estratificada, como numa pirâmide. No topo ficam os empregados das grandes empresas; mais abaixo, situam-se os trabalhadores precários e parciais, no setor informal; logo em seguida, na base, encontram-se os desempregados, dos quais muitos nunca arrumam trabalho, pois caíram no desemprego estrutural.

A outra forma que o capitalismo encontrou para suplantar a chamada crise do fordismo foi aprofundar a internacionalização das relações capitalistas de produção e distribuição, fenômeno popularmente conhecido como globalização (COUTINHO, 1992). Vale notar que tal fenômeno é impulsionado pelo processo de reestruturação produtiva, o qual, conforme visto anteriormente, teve início nos anos de 1970 nos países capitalistas centrais.

Como destacado por Filgueiras (1997, p. 18):

[...] a globalização da produção e dos mercados de produtos, bem como a formação de um mercado financeiro mundial, têm levado a interpenetração patrimonial das multinacionais, implicando, num certo sentido, na desterritorialização da grande burguesia dos países mais poderosos. Além disso, também têm determinado a constituição de modelos e práticas culturais mundiais (supranacionais), usufruídos por minorias que possuem rendas mais elevadas, inclusive aquelas situadas na periferia, e construídos a partir das várias formas de comunicação e informação, desenvolvidas recentemente. Nessa medida, o mundo vem se tornando cada vez mais semelhante, tanto no uso de altas tecnologias e nos padrões de consumo sofisticados, quanto nas desigualdades econômicas e na exclusão social.

É bom que se esclareça que os efeitos desse fenômeno chamado de globalização começaram a se fazer presentes nos países da América Latina — muito embora ainda de forma tímida — já na década de 1980. Quando da chegada da década seguinte passaram a ser muito mais percebidos, tendo em vista que muitas economias regionais, como já ante-

cipado, no afã de alcançarem de forma definitiva a rota do crescimento e do desenvolvimento econômico, adotaram políticas que visavam a intensificação das trocas comerciais e a abertura de seus mercados financeiros.

**A partir dos anos de 1990, com a ascensão de Fernando Collor à Presidência da República, houve uma redefinição da forma de inserção do Brasil na economia internacional**

Essa falta de êxito, nesse primeiro momento — vaticinavam os maiores interessados no processo da globalização —, decorreu, basicamente, do fato de que as políticas de liberalização comercial e financeira não tinham sido usadas com a intensidade suficiente. Era preciso, portanto, avançar-se mais na implementação das referidas reformas, adotando medidas mais contundentes, de modo a abrir definitivamente a economia brasileira para o mundo. E assim foi feito, já a partir de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso tomou posse na Presidência da República.

Desde então tem se insistido, a todo custo, em fazer valer as prerrogativas das políticas de natureza liberalizante, “recomendadas” pelos organismos internacionais, principalmente pelo FMI, um dos grandes interessados na globalização, posto que é o fiel escudeiro da bancada financeira internacional. Esse arsenal de políticas intensamente utilizado pelo Brasil e outros países da América Latina tem, inequivocamente, lhes trazido custos sociais elevadíssimos.

Essa adjetivação só é pertinente quando se pensa em uma ótica estritamente econômica, ou seja, de crescimento econômico, sendo completamente inadequada quando se pensa a partir de outros primas, a exemplo do político e do social. Nesses dois últimos aspectos, a década de 1980 foi, indiscutivelmente, uma fase em que houve notáveis ganhos.

Esse foi o caso da economia brasileira. A partir dos anos de 1990, com a ascensão de Fernando Collor à Presidência da República, houve uma redefinição da forma de inserção do Brasil na economia internacional. Argumenta-

va-se naquela altura, que era chegada a hora do país reencontrar o caminho do crescimento, depois da chamada década perdida<sup>9</sup>. No plano das aparências tudo parecia perfeito. Bastava apenas que algumas medidas fossem implementadas. Enfim, era chegado um novo tempo, a hora do avanço e da modernidade. Todavia o panorama que se sucedeu, passados cerca de quatro anos, guardava pouca correlação com o que fora prometido.

Essa falta de êxito, nesse primeiro momento — vaticinavam os maiores interessados no processo da globalização —, decorreu, basicamente, do fato de que as políticas de liberalização comercial e financeira não tinham sido usadas com a intensidade suficiente. Era preciso, portanto, avançar-se mais na implementação das referidas reformas, adotando medidas mais contundentes, de modo a abrir definitivamente a economia brasileira para o mundo. E assim foi feito, já a partir de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso tomou posse na Presidência da República.

Desde então tem se insistido, a todo custo, em fazer valer as prerrogativas das políticas de natureza liberalizante, “recomendadas” pelos organismos internacionais, principalmente pelo FMI, um dos grandes interessados na globalização, posto que é o fiel escudeiro da bancada financeira internacional. Esse arsenal de políticas intensamente utilizado pelo Brasil e outros países da América Latina tem, inequivocamente, lhes trazido custos sociais elevadíssimos.

Desde então tem se insistido, a todo custo, em fazer valer as prerrogativas das políticas de natureza liberalizante, “recomendadas” pelos organismos internacionais, principalmente pelo FMI, um dos grandes interessados na globalização, posto que é o fiel escudeiro da bancada financeira internacional. Esse arsenal de políticas intensamente utilizado pelo Brasil e outros países da América Latina tem, inequivocamente, lhes trazido custos sociais elevadíssimos.

Essas se difundiram pelo mundo a partir dos Governos Thatcher e Reagan, na Inglaterra e EUA, respectivamente. De forma geral, as propostas neoliberais podem ser sintetizadas na ideia da desregulação, ou seja, na intenção de substituir o Estado pela “livre concorrência” no que diz respeito ao funcionamento dos diversos mercados, em particular os mercados financeiro e o de trabalho.

Nesse ponto, cabe chamar atenção para o fato de que, na América Latina, os países que se mostraram mais submissos às diretrizes impostas pelo *staff* do FMI são os que mais enfrentaram essa triste realidade, sendo a Argentina o exemplo mais contundente<sup>10</sup>. Daí não se poder negar, como já destacado anteriormente, que o mundo está se tomando, a um só tempo, mais verossímil e assimétrico em face da ocorrência da globalização.

O impressionante é que, ao contrário do que pregam os condutores da política econômica de boa parte dos países latino-americanos, as políticas implementadas na área econômica só os conduzem para o caminho da subserviência em relação ao capital financeiro internacional, aumentando, por conseguinte, seu grau de vulnerabilidade. Por mais que tais condutores se esforcem, encobrir a situação desses países é por demais delicado. Extrapolando as considerações de Veríssimo (2002) para o caso brasileiro, a situação de “normalidade” dos países da América Latina tem sido o enfrentamento de crises financeiras, estagnação econômica, desemprego e um clima social explosivo<sup>11</sup>.

Por fim, a última resposta dada pelo sistema capitalista para reverter a crise do fordismo foi a promoção do avanço e da implementação das políticas neoliberais<sup>12</sup> pelo mundo, cujo conteúdo, no plano ideológico, fomentou o dismantelamento do movimento social, da solidariedade e da ação coletiva. E por essa razão, informam Druck, Filgueiras e Neves (2000), enfraquece a identidade de classe dos traba-

<sup>9</sup> Antecipando algumas informações, no começo da década de 2000, a Argentina foi afetada por severa crise econômica e financeira, a qual trouxe consequências sociais de grande magnitude. Isso pode ser atestado quando se recorre às estatísticas recentes — disponibilizadas pela CEPAL, no documento intitulado Panorama Social da América Latina 2004 — que revelam a dimensão da pobreza nesse país. Com efeito, (dados apenas para a Grande Buenos Aires) a pobreza caiu de 21,2% em 1990 para 19,7% em 1999, para logo duplicar, chegando em 2002 a atingir cerca de 41,5% da população. A percepção dessa situação, por parte do povo, deu lugar a manifestações populares espontâneas, como os “panelaços”, que contestaram veementemente o quadro político-econômico-social vigente, o que chegou a colocar em xeque até mesmo instituições democráticas legitimamente constituídas.

<sup>10</sup> Sampaio Jr. (2000), referindo-se especificamente à situação do Brasil, afirma que esse país aderiu completamente aos estilos de vida praticados nos países de capitalismo avançado. Contudo, assevera que esse movimento de adesão “[...] exacerbou um dos mais perversos traços do subdesenvolvimento brasileiro: a extravagante discrepância entre o fausto que reina no mundo dos negócios e a precariedade das condições de vida da grande maioria da população”. (SAMPAIO JR., 2000, p. 7).

<sup>11</sup> Essas se difundiram pelo mundo a partir dos Governos Thatcher e Reagan, na Inglaterra e EUA, respectivamente. De forma geral, as propostas neoliberais podem ser sintetizadas na ideia da desregulação, ou seja, na intenção de substituir o Estado pela “livre concorrência” no que diz respeito ao funcionamento dos diversos mercados, em particular os mercados financeiro e o de trabalho.

lhadores, reforçando o individualismo e a divisão ou concorrência entre os mesmos.

Ainda segundo esses autores, a conformação de tal situação só se torna possível porque existe uma base real derivada de uma das facetas da reestrutura-

**Ao contrário do que pregam os condutores da política econômica de boa parte dos países latino-americanos, as políticas implementadas na área econômica só os conduzem para o caminho da subserviência em relação ao capital financeiro internacional, aumentando, por conseguinte, seu grau de vulnerabilidade**

ção produtiva — a modificação da organização ou gestão do trabalho —, que provoca uma situação de desemprego, de precarização das relações de trabalho e de exclusão, pela qual os trabalhadores são “entregues” à selvageria do mercado de trabalho, enquanto esse se torna cada vez mais desregulamentado e “livre”.

Pontuados todos esses aspectos, é importante considerar ainda que a ocorrência desses três fenômenos, a que se fez alusão anteriormente, implicou, a um só tempo, o dismantelamento e substituição dos parâmetros de ordem que prevaleciam no fordismo, fato que pode ser percebido pelo menos de duas maneiras: 1) na desregulamentação universal, na desatada liberdade concedida ao capital e às finanças — à custa de todas as outras liberdades — e no despedaçamento das redes de segurança socialmente tecidas e societariamente sustentadas (marca maior do fordismo); 2) no fato de que, diferentemente do fordismo — onde ampla parcela dos trabalhadores gozava da garantia do emprego —, nos tempos em que imperam os ditames da acumulação flexível “[...] nenhum emprego é garantido, nenhuma posição é inteiramente segura, nenhuma perícia é de utilidade duradoura... carreiras muito sedutoras se revelam vias suicidas”. (BAUMAN, 1998, p. 34-35).

Segundo essa mesma linha de raciocínio, Druck, Filgueiras e Neves (2000) pontuam que, no atual estágio do capitalismo, a lógica que prevalece sobre tudo e todos é a financeira. Segundo o ponto de vista que defendem, isso se dá na medida em que ela

[...] ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todos os âmbitos da vida social, dando conteúdo a um novo modo de vida. Trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, que parece não ultrapassar o presente contínuo, um tempo sustentado na volatilidade,

efemeridade, descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem — os homens que vivem do trabalho (DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES, 2000, p. 144).

Para finalizar as considerações em relação aos fenômenos da reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo, é crucial indicar que, em função deles, o mundo tem passado por intensas transformações, as quais, ao invés de permitirem a instalação de uma situação em que todos saiam ganhando, implicam, em escala cada vez mais ampliada, o surgimento de assimetrias abissais entre as nações. Some-se a isso, os incalculáveis prejuízos materiais e imateriais que têm causado à vida das pessoas, entre os quais um dos mais importantes é, sem sombra de dúvida, a perda de emprego, situação que, como será visto na seqüência, vale inclusive para os trabalhadores dos países que estão no centro do sistema capitalista.

Por certo, conceber tal situação não é tarefa das mais fáceis, haja vista que, recorrentemente, são alardeadas, quase unicamente, as “vantagens” que esses fenômenos engendram. Todavia, por mais que se queira desmentir e/ou rejeitar os fatos, o certo é que — como já se disse — o mundo tem se tornado, a um só tempo, por mais paradoxal que isso possa parecer, mais semelhante e mais desigual.

Por mais que os defensores do *status quo* se empenhem em tentar mostrar que a distância entre países pobres e ricos tem se reduzido, que os primeiros têm tido acesso a novos padrões de consumo mais sofisticados, as estatísticas dos organismos internacionais mostram que ainda é muito grande o abismo que separa os países de capitalismo avançado daqueles da periferia.

A despeito disso, há de se observar também a tendência nos países ditos de primeiro mundo de alguns fenômenos típicos de países pertencentes à periferia do sistema capitalista. Castigo ou não, o fato é que nem mesmo os que mais se favorecem com a

ocorrência desses fenômenos conseguem se manter imunes a seus efeitos deletérios.

Isso é o que mostra, por exemplo, Caleiras (2006, p. 5), quando afirma: “[...] é inquestionável que as estruturas sociais nos países industrializados têm evoluído no sentido de um modelo polarizado em que se acentuam as desigualdades entre os segmentos mais ricos e os segmentos mais pobres da população.” Segundo esse autor, a observação desse cenário tem dado margem a interpretações que sugerem tal processo de polarização social como uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo. Assistiu-se,

concretamente, nesses países, à passagem e/ou transição de um modelo em que se buscava a estruturação de sociedades incluídas para um outro, em que se constroem sociedades excludentes.

A configuração desse novo panorama é derivada de um conjunto de opções políticas de natureza restritiva que visam alcançar três objetivos principais: a liberalização do mercado, o controle da inflação e a eliminação do déficit público. Ao trilharem o caminho que conduz à operacionalização dessas opções, as economias de capitalismo avançado, sobretudo as localizadas na Europa, acabaram consolidando, na visão de Caleiras (2006, p. 7), “[...] a passagem de um sistema econômico até a pouco tempo caracterizado por uma forte regulação estatal para outro sistema de regulação comandado pelo mercado em constante turbulência e mutação”.

Esse quadro de exclusão que se observa nos países desenvolvidos ganha contornos de maior dramaticidade, quando se leva em conta o modesto crescimento que vem, já a algum tempo, sendo registrado nesses países. Quando se compara, por exemplo, as taxas de crescimento de algumas economias — apuradas nos últimos 40 anos — que exercem o papel de líderes e protagonistas no contexto da economia mundial, vê-se que os números mais recentes contrastam com aqueles que foram medidos na década de 1960 — período no

qual ainda se vivia os últimos suspiros daquela realidade que ficou consagrada na literatura como os anos dourados do capitalismo —, tendo em vista que se situam em patamares bem inferiores. Vale notar que essa tem sido a tônica do capitalismo em sua presente fase (AMITRANO, 2006).

Diante dessa contextualização, o que se vê, em boa medida, é que os países pertencentes ao centro do sistema são obrigados, totalmente a contragosto, a provar do próprio “veneno” que impõem às economias menos desenvolvidas. Com efeito, em função dessa situação de modesto crescimento econômico, bem como de outras questões, eles também vêm, ao longo dos últimos anos, padecendo, a seu modo, de certa instabilidade e insegurança, posto que não têm conseguido registrar taxas de crescimento do produto suficientes para afastar o fantasma do desemprego (AMITRANO, 2006).

De fato, encontrar alternativas de superação para a questão do desemprego tem sido, ao longo dos últimos anos, uma das tarefas mais árduas e complexas com a qual têm se deparado os países de capitalismo avançado. Isso por que, à exceção dos Estados Unidos<sup>13</sup>, todos os outros países que, indiscutivelmente, estão no comando das decisões tomadas no âmbito do sistema capitalista, visando seu destino em escala global —, possuem taxas de desemprego que estão em patamares muito superiores às que foram medidas antes da década de 1970<sup>14</sup>.

Tais informações causam grande perplexidade, uma vez que o desemprego se alastra, de maneira acachapante, justamente nos países que se constituíram padrão de referência do pleno emprego. Como

### Encontrar alternativas de superação para a questão do desemprego tem sido, ao longo dos últimos anos, uma das tarefas mais árduas e complexas com a qual têm se deparado os países de capitalismo avançado

bem indica Caleiras (2006), os sistemas de emprego têm experimentado crises mais ou menos profundas — resultantes do capitalismo globalizado, dos processos de reestruturação industrial e do envelhecimento demográfico —, que se manifestam no aumento do desemprego de longa duração e na generalização de precariedades e descontinuidades nas relações laborais.

Ao se percorrer todo esse trajeto, indicando as principais facetas da reestruturação produtiva, da globalização e do avanço das políticas neoliberais, acabou-se por evidenciar a lógica de operação do sistema capitalista nas últimas três décadas e meia. Com efeito, é da confluência e articulação desses três fenômenos que surgiu a necessidade de se introduzir as reformas econômicas nos países latino-americanos no decorrer da década de 1980. A realização desse feito assumiu, naquele período e nos anos seguintes, um caráter inevitável, algo inexorável, do qual as economias não escaparam<sup>15</sup>.

Era chegado o momento de os países subdesenvolvidos darem as costas a essa condição inferior e caminharem, definitivamente, na direção de estágios cada vez mais avançados do ponto de vista do desenvolvimento de suas potencialidades, ingressando, por assim dizer, num contexto socioeconômico completamente diferente, semelhante ao que vigorava nos países ditos desenvolvidos. Não implementar tais reformas significava, em termos bem caricaturais, não comprar o “ticket” que dava direito a um assento no “trem” que conduziria os países pertencentes à periferia do sistema capitalista a uma nova realidade, elevando-os, portanto, à condição de desenvolvidos.

<sup>13</sup> Geutié (2006, p. 12-13) enumera um conjunto de razões que explicam o fato de a taxa de desemprego nos Estados Unidos ser menor do que a medida em boa parte dos países europeus. Ao fazer isso, sua preocupação central é procurar desconstruir a falsa ideia de que esse país não tem problemas com o mercado de trabalho. Segundo o argumento que levanta, são inúmeras as evidências de que o mercado de trabalho não é esse verdadeiro “El Dorado”, com taxas de desemprego que se aproximam do pleno emprego da força de trabalho. Para sustentar esse ponto de vista, o autor cita o fato de que o próprio o Ministério americano do trabalho definiu uma série de indicadores complementares à simples taxa de desemprego padrão, para levar em conta os desempregados desencorajados, as pessoas em tempo parcial não escolhido, como também a parte dos desempregados de longa duração, tendo em vista que essas duas situações ampliaram-se, sobremaneira, nos últimos tempos.

<sup>14</sup> Essa, por assim dizer, explosão do desemprego em alguns países da Europa, como bem lembra Amitrano (2006), não é motivada e/ou influenciada por questões de natureza demográfica.

<sup>15</sup> Como muito bem comentou Fiori (2006): “[...] costuma-se atribuir à primeira-ministra inglesa, Margaret Thatcher, uma frase dos anos 1980, que se transformou no símbolo do final do século XX, inseparável da ‘utopia da globalização’: ‘there is no alternative’. Trocando em miúdos: a globalização é um fenômeno econômico produzido pelas mudanças tecnológicas e pela expansão dos mercados. Uma transformação material irrecusável que imporia a todos os povos as mesmas políticas econômicas e reformas institucionais. Além disto, a globalização seria universal, inclusiva e convergente, e promoveria uma redução pacífica e positiva da soberania dos estados nacionais. Uma década depois, nos anos 1990, a frase da Sra. Thatcher transformou-se num verdadeiro mantra, repetido através do mundo, pelos políticos, intelectuais e governos que adotaram o programa comum das reformas e políticas neoliberais.”

### Promessa do (im)possível: equacionar as distorções do mercado de trabalho latino-americano

Depois do exposto, uma pergunta não pode deixar de ser feita: como é que as reformas poderiam equacionar as distorções no mercado de trabalho latino-americano? A formulação desse questionamento se tornou absolutamente essencial, tendo em vista que, como se pôde atestar acima, países que não tinham qualquer tipo de problema no mercado de trabalho passaram a ter em função, justamente, de terem enveredado pelo caminho das reformas econômicas. Em face desse contexto, o mais razoável seria imaginar que, ao invés de resolver os problemas do mercado de trabalho dos países latino-americanos, a implementação das referidas reformas acabaria por conduzir a uma situação de agravamento dos problemas enfrentados pelo conjunto da força de trabalho desses países.

Ou seja, era mais que previsível, nos países latino-americanos, a ocorrência de uma elevação dos níveis de desemprego e uma ampliação das formas de contratação da força de trabalho que se afastassem, cada vez mais, daquele típico e tradicional assalariamento com carteira de trabalho assinada — caso do Brasil —, dentre outras coisas prejudiciais à própria lógica de funcionamento do mercado de trabalho na América Latina. Enfim, não deveria causar estranheza, como foi o caso, que a adoção das reformas conduziu-se a uma piora e/ou deterioração nas condições de operacionalização do mercado de trabalho na região.

Dito isso, cabe assinalar que, dentre os três objetivos (estabilidade macroeconômica, taxas elevadas de crescimento do produto e resolução dos problemas estruturais do mercado de trabalho) que se esperava alcançar com a implementação das reformas dos anos de 1980 e 1990 na América Latina, certamente o último era o mais ambicioso e, por isso mesmo, o mais difícil de ser conseguido.

Esse entendimento em relação à dificuldade de se suplantar as distorções no mercado de trabalho latino-americano encontra respaldo em, pelo menos, duas justificativas básicas. A primeira é que ao se falar, nos dias de hoje, na existência de distorções — especialmente do desemprego e do subemprego — nos mercados de trabalhos dos diferentes países latino-americanos, deve-se atentar para o fato de que

em absoluto se constituem em fenômenos recentes, vinculados, portanto, única e exclusivamente às dificuldades enfrentadas por esses países nas duas últimas décadas do século passado. Como já foi sugerido linhas atrás, essas distorções a muito tempo marcam presença na região e decorrem de uma conjunção de fatores.

Conforme relata Weller (2000; 2004), esses fatores seriam os seguintes: 1) a atitude antiexportadora esboçada pelos países latino-americanos até antes da década de 1980, a qual havia favorecido as atividades de substituição de importações e produção de bens e serviços não comercializáveis, em detrimento das exportações caracterizadas por um uso mais intensivo de mão-de-obra; 2) o barateamento do capital e encarecimento da força de trabalho, resultantes das distorções existentes nos mercados de capitais e de trabalho; 3) a estratégia de crescimento “para dentro” que privilegiou as atividades urbanas, ao tempo em que relegou a segundo plano as atividades agropecuárias, as quais poderiam fazer uso mais intensivo da mão-de-obra.

A segunda justificativa, por sua vez, é que as novas bases de operação do sistema capitalista não favorecem o estabelecimento de uma situação que melhore as condições de funcionamento do mundo do trabalho — como foi o caso, por exemplo, daquelas que prevaleceram no Pós Segunda Guerra Mundial até o final dos anos de 1960 e início da década de 1970. Ao invés disso, parecem conduzir os trabalhadores para uma situação de enfrentamento de condições bastante adversas, fato que dá a sensação — tal qual indicado por Bourdieu (1998) — de que a precariedade está por toda a parte.

Mesmo em face de tamanho desafio — que era resolver os problemas estruturais do mercado de trabalho latino-americano — os defensores da implementação das reformas econômicas não hesitaram em prometer coisas muito difíceis de serem cumpridas. Uma delas — baseada nas hipóteses da teoria neoclássica — é que as reformas permitiriam reduzir as distorções dos preços relativos, entre outros, do capital e do trabalho, e impulsionariam a incorporação dos países da América Latina aos mercados mundiais, segundo suas vantagens comparativas. Essa redução das distorções dos preços relativos, por outro lado, traria uma consequência extremamente importante — dada a característica escassez

relativa de capital e a abundância de mão-de-obra regional — que era favorecer os setores e tecnologias intensivas no uso de mão-de-obra, especialmente na produção para exportação (WELLER, 2000; 2004; ALTENBURG; QUALMANN; WELLER, 2001).

Não bastasse essa suposição de que a demanda de mão-de-obra iria se ampliar, os defensores das reformas iam mais longe e afirmavam que essa ampliação da demanda recairia, justamente, sobre o grupo de trabalhadores de menor qualificação, tendo em vista o nível educacional da força de trabalho latino-americana. Como se vê, na hipótese de que essas expectativas extremamente otimistas viessem a se confirmar, as reformas não apenas trariam efeitos positivos gerais sobre o mercado de trabalho, mas, ao favorecer de modo especial a situação laboral dos trabalhadores menos qualificados, traria também efeitos benéficos para a distribuição de renda e seria uma contribuição importantíssima na luta contra a pobreza. Ademais, supunha-se

ainda que, com as referidas reformas, a indústria manufatureira seria o setor que mais contribuiria para criar os novos postos de trabalho.

### Mercado de trabalho: porque as coisas não saíram conforme se havia suposto?

Na avaliação de Morley, Machado e Pettinato (1999) são simplesmente decepcionantes os resultados das reformas econômicas levadas a cabo pelos países da América Latina durante as décadas de 1980 e 1990, as quais, entre outras coisas, tinham a finalidade de eliminar as distorções verificadas nos diferentes mercados de trabalho da região<sup>16</sup>. A prova maior de que isso é verdade manifesta-se, por exemplo, na avaliação de que a situação dos mercados de trabalho é o principal problema dos países latino-americanos e que essa região se encontra em uma dinâmica de crescimento que não se faz acompa-

**Tabela 1**  
Evolução de alguns indicadores socioeconômicos, América Latina e países selecionados, 1990-2003

Países	1990-1999				2000-2003			
	Taxa média anual de variação (%)			Média simples	Taxa média anual de variação (%)			Média simples
	PIB per capita <sup>1</sup>	Remuneração média real <sup>2</sup>	Salário mínimo urbano	do desemprego urbano (%) <sup>3</sup>	PIB per capita <sup>1</sup>	Remuneração média real <sup>2</sup>	Salário min. urbano	do desemprego urbano (%) <sup>3</sup>
Argentina	2,7	0,9	0,8	11,9	-3,0	-3,7	-4,1	16,8
Bolívia	1,6	3,0	7,4	5,3	-0,1	2,6	4,7	8,6
Brasil	0,0	-1,0	-0,4	5,6	0,1	-4,3	3,9	9,3
Chile	4,1	3,5	5,9	7,6	2,1	1,5	3,8	9,0
Colômbia	0,8	2,2	-0,4	11,6	0,9	1,6	0,6	17,4
Costa Rica	2,6	2,2	1,1	5,4	0,9	1,6	-0,3	6,2
Cuba	-3,2	-	-	6,9	2,8	-	-	3,8
El Salvador	2,6	-	-0,6	7,8	0,1	-	-1,4	6,5
Equador	0,5	5,3	0,9	9,4	1,6	-	3,6	10,7
Guatemala	1,5	5,4	-9,8	4,0	0,1	1,1	5,2	3,3
Haiti	-2,8	-	-8,3	-	-1,4	-	-1,4	-
Honduras	-0,2	-	0,6	6,1	0,9	-	4,0	6,5
México	1,5	1,0	-4,7	3,6	0,6	3,9	0,3	2,7
Nicaragua <sup>4</sup>	0,3	8,0	-0,2	14,0	0,6	3,2	-3,6	10,5
Panamá	3,4	-	1,5	16,7	0,9	-	2,5	16,1
Paraguai	-0,8	0,3	-1,6	6,3	-1,3	-1,5	2,5	11,7
Peru	1,3	-0,8	1,4	8,5	1,3	1,1	3,2	9,2
República Dominicana	2,8	-	2,6	16,9	2,2	-	-1,3	15,5
Uruguai	2,4	0,5	-6,0	9,9	-4,7	-6,4	-6,5	15,7
Venezuela	0,2	-4,0	-3,0	10,3	-4,8	-6,1	-3,1	15,3

Fonte: CEPAL, 2004a, p. 54.

<sup>1</sup> A partir do valor do PIB per capita em dólares, a preços constantes de 1995. O número correspondente a 2003 é uma estimativa preliminar.

<sup>2</sup> Geralmente, a cobertura deste índice é muito parcial. Na maioria dos países se refere apenas aos trabalhadores formais do setor industrial. O número correspondente a 2003 é uma estimativa preliminar. O ano final para Bolívia e Guatemala corresponde a 2002.

<sup>3</sup> No Chile, Guatemala, Nicarágua, República Dominicana e Venezuela se refere ao desemprego total nacional. Além disso, em substituição do período 1990-1999 se considerou o espaço de tempo entre 1991 e 1999 para Cuba.

<sup>4</sup> O ano inicial do período para a Nicarágua é 1992.

<sup>16</sup> Essa opinião é compartilhada também por Weller (2000). Segundo ele, pode-se concluir que a geração de emprego durante os anos 1990 foi decepcionante tanto na comparação histórica com as décadas que compreendem os anos 1950 e 1970 (reduzida geração relativa de emprego assalariado), quanto em relação às expectativas cifradas nas reformas sobre a intensidade de geração de emprego e sua composição setorial.

nhar, ou melhor, que não resulta em uma ampliação das oportunidades de emprego e nem na melhora de outros indicadores relativos ao funcionamento do mercado de trabalho.

A configuração dessa realidade é muito bem expressa pelas informações contidas na Tabela 1. Nela se pode ver muito claramente — ao se comparar as taxas médias de desemprego do período 2000-2003 com as registradas no período 1990-1999 — que em muitos países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, Paraguai, Peru e Venezuela) houve uma piora dos níveis de desemprego. O desempenho negativo desses países acabou se refletindo no resultado da taxa de desemprego medida para o conjunto da região, a qual salta de 7,7%, durante a década de 1990, para 10,2% no período mais recente<sup>17</sup>.

De acordo com as informações que constam do Panorama Laboral 2004 da América Latina e do Caribe — documento produzido pela Organização Internacional do Trabalho e que traz, a exemplo do Panorama Social da América Latina de 2004, as informações mais recentes disponíveis sobre o mercado de trabalho dessa região — a evolução da composição setorial e da qualidade dos empregos mantém, na primeira metade dos anos de 2000, a mesma tendência que já havia sido constatada durante a década de 1990<sup>18</sup>. Isso significa dizer que, de forma geral, se verifica a ocorrência de três situações.

A primeira delas relaciona-se ao crescimento da informalização do trabalho. Há uma estimativa da própria CEPAL dando conta de que 6 pessoas trabalhavam no setor informal, de cada 10 novos ocupados, entre os anos de 1990 e 2003<sup>19</sup>. A segunda refere-se à permanência dos processos de privatização e de terciarização do emprego. As indicações de que se dispõe, também para o período de 1990 a 2003, no tocante a essa questão informam que cerca de 9, entre cada 10 novos ocupados, trabalham no setor privado e 9, de cada 10

novos ocupados, desenvolvem suas atividades no setor de serviços<sup>20</sup>. A terceira, por seu turno, diz respeito à diminuição da cobertura da seguridade social, o que pode ser comprovado com a informação de que aproximadamente 5 de cada 10 novos assalariados têm acesso aos serviços de seguridade social, bem como somente 2 de cada 10 novos assalariados no setor informal contavam com essa cobertura no ano de 2003.

Diante desse panorama, não restou outra alternativa à CEPAL senão admitir que o crescimento econômico observado na América Latina<sup>21</sup>, nos anos de 1990 e princípio da década de 2000, esteve acompanhado de mudanças significativas no mercado de trabalho, as quais nem de longe guardam qualquer tipo de correlação com a situação projetada e/ou esperada para esse mercado, na hipótese de que as referidas reformas econômicas, como foi o caso, fossem efetivamente implementadas.

Nesse ponto, cabe interrogar: que razões impediram que as expectativas super-positivas em relação às reformas se confirmassem? Para responder a esse questionamento, partilha-se aqui do mesmo ponto de vista de Altenburg, Qualmann e Weller (2001).

Segundo a interpretação desses estudiosos, tais expectativas não se cumpriram por que:

1. En contraste con un modelo simple de dos países, en virtud del cual se esperaba una expansión del empleo en aquellos países que tienen un relativo excedente de mano de obra, los países latinoamericanos se ubican en el extremo de una escala que ordena los países según su escasez relativa de los factores. En comparación con los países industrializados del norte, los países latinoamericanos muestran un excedente relativo de mano de obra, pero no así si se comparan con muchos países asiáticos. En el marco de la apertura económica en América Latina y la simultánea integración progresiva a la economía mundial de países asiáticos, en particular China, fueron precisamente los rubros tradicionales con uso intensivo de mano de obra, los que se vieron sometidos a una fuerte presión.

<sup>17</sup> Também no caso da terciarização, são os indivíduos do sexo masculino os que mais sofreram seu impacto. Não obstante, são as mulheres as mais afetadas. Isso por que, cerca de 85,0% do emprego feminino se concentra no setor de serviços (OIT, 2004).

<sup>18</sup> A taxa média anual de variação do PIB per capita na década de 1990 foi bastante reduzida (0,9%). Nos quatro primeiros anos da década seguinte, esse indicador assumiu um valor ainda mais pífio, da ordem de (-0,2%).

2. Los rubros que cobraron mayor importancia, fueron aquellos sectores industriales que procesan y exportan materias primas agrícolas y minerales, en su mayoría con tecnología de punta y empleo intensivo de capital, en lugar de los rubros con empleo intensivo de mano de obra. Si consideramos que los bienes de capital eran principalmente importados, la creciente demanda de insumos solo produjo efectos indirectos leves en el empleo.

3. Paralelamente a la apertura de las economías nacionales, en muchos rubros se produjo un cambio tecnológico-organizacional profundo. La competitividad depende cada vez más del capital, la tecnología y la mano de obra calificada. Por ello, la mera disponibilidad de mano de obra barata y poco calificada, por una parte, se torna menos relevante y, por otra, surgen mejores prácticas (first-best) que reducen las posibilidades de sustitución en favor de una mayor utilización del factor trabajo. Como consecuencia de ello, la creciente demanda de trabajo calificado conllevó, en primer lugar, un incremento de los salarios para esos trabajos y no un aumento general del empleo.

4. En los años noventa, los flujos de capital hacia las economías latinoamericanas provocaron apreciaciones del tipo de cambio. En consecuencia disminuyó la competitividad de las industrias exportadoras y los rubros que compiten con importaciones (productores de bienes transables). Por ejemplo entre 1990 y 1995, como resultado de las tendencias de apreciación de las monedas locales, las industrias de Argentina, Brasil y Perú perdieron competitividad, expresada en dólares, a pesar de que la productividad del trabajo aumentó más rápido que los salarios reales... La baja del precio de las importaciones favoreció, además, la importación de bienes de capital y encareció el trabajo en términos relativos. (ALTENBURG; QUALMANN; WELLER, 2001, p. 15).

Além dessas ocorrências, é fundamental que sejam elencados alguns outros fatos que são igualmente importantes quando se tem a intenção de conhecer os motivos que levaram ao fracasso das expectativas em relação ao mercado de trabalho, em função da implementação das tais reformas econômicas. Um deles, por certo, é o crescimento da taxa média anual da População Economicamente Ativa (PEA) latino-

americana que, a despeito de nos anos de 1990 ter se situado num patamar inferior (2,6%) ao que foi medido em décadas anteriores, ainda se encontra num patamar bastante elevado, haja vista o ritmo de crescimento da economia regional nesse período, fato que tem imposto um desafio de grande envergadura no que diz respeito à criação de empregos, notadamente os de melhor qualidade (CEPAL, 2004b).

A percepção desse quadro levou Altenburg, Qualmann e Weller (2001) a ponderarem que as atuais taxas de crescimento econômico têm levado as empresas privadas formais a, aparentemente, não estar em condições de gerar emprego no nível suficiente para fazer frente ao incremento da população ativa, nem tampouco reduzir o enorme contingente de trabalhadores subcontratados e desempregados. Segundo a linha de raciocínio que esses autores desenvolvem, as causas dessa reduzida capacidade de absorção do mercado de trabalho formal se associa a múltiplos determinantes e apresenta diferenças específicas em cada país. Todavia os autores conseguem identificar duas dessas causas que parecem afetar, de forma generalizada, todos os países da região: 1) redução dos postos de trabalho no setor público; 2) rápida modernização das empresas.

No tocante a essa última causa, é preciso salientar que ela esteve presente, sobretudo, naqueles setores que durante o período de vigência do modelo de substituição de importações não sofreram os “inconvenientes” e/ou não foram “incomodados” pela presença da concorrência internacional — tendo em vista que se beneficiavam de um conjunto de medidas de natureza protecionista — e, com a liberalização promovida em alguns países, já a partir da década de 1980, foram compulsoriamente obrigados a patrocinar uma intensa “racionalização corretiva” com o objetivo de tentar se aproximar dos padrões de eficiência observados no cenário internacional<sup>22</sup>. Isto, entretanto, implicou, em setores como a indústria, aumento de produção e queda do emprego.

<sup>22</sup> É importante ter em mente que esse processo de “racionalização corretiva” — que nada mais é do que uma resposta dada pelo setor produtivo à nova situação de competitividade que se apresentava —, no caso das empresas industriais, não foi feito de forma homogênea. Altenburg, Qualmann e Weller (2001, p. 16) conseguiram identificar, precisamente, três modelos de reação: 1) um primeiro grupo de empresas reagiu timidamente ou simplesmente não reagiu às novas condições competitivas, especialmente por falta de acesso à informação, tecnologias ou crédito, situação que levou muitas delas a encerrar suas atividades durante a liberalização econômica; 2) um segundo grupo “reativo” ou “defensivo” procurou melhorar sua competitividade, reduzindo os custos por meio, principalmente, de medidas de redução da mão-de-obra e de caráter organizacional, sem, no entanto, realizar novas inversões (investimentos) em maquinaria e equipamentos; 3) outro grupo reagiu de “forma ativa”, realizando inovações de produtos e processos, investimentos em equipamentos, assim como capacitando e reorientando profissionalmente seu pessoal.



## BREVE SÍNTESE DO ATUAL PANORAMA SOCIAL LATINO-AMERICANO

É evidente que depois de crises e reformas econômicas malfadadas o panorama social da América Latina sofreu algumas seqüelas, especialmente no que toca à questão da não resolução de alguns problemas antigos, e aparentemente insuperáveis, como é o caso da pobreza e desigualdade de rendimentos. No que tange especificamente à situação dessa verdadeira ferida social chamada pobreza, os números mais recentes demonstram, de maneira eloqüente, que ela de modo algum foi superada; ao invés disso, segue representando um desafio de enorme magnitude para os países que integram a região.

Basta ver que, em 2002, cerca de 44,0% da população latino-americana, ou seja, 221,4 milhões de pessoas viviam em condições de pobreza. Desse total, um contingente de nada menos que 97,4 milhões enfrentavam condições de pobreza extrema, sendo, portanto, consideradas indigentes (Tabela 2).

É preciso que se faça menção ao fato de que, durante a década de 1990, a pobreza experimentou certo recuo do ponto de vista relativo ou percentual, tendo em vista que, ao se iniciar esse período, a pobreza fazia parte da vida de 48,3% dos cidadãos latino-americanos e em 1999 era a realidade de 43,8% desses mesmos cidadãos. Com base nesses números é que se pode afirmar com segurança que, do ponto de vista relativo ou percentual, o balanço da década de 1990 apresentou um saldo positivo no que diz respeito à redução da pobreza (CEPAL, 2004b).

Não obstante, esse movimento de redução da pobreza, em termos percentuais, se revelou insufici-

ente e/ou insatisfatório a ponto de compensar o crescimento da população, de tal modo que, ao se comparar os valores absolutos do número de pobres em 1990 com os de 2002, vê-se uma ampliação de nada menos que 21,2 milhões de pessoas.

A comparação das informações sobre o número de pessoas pobres referentes ao ano de 1980 com as do ano de 2002 permite a apuração de uma situação ainda mais dramática: no decorrer desse período, o número de pobres cresceu de forma vertiginosa, aumentando cerca de 85,5 milhões. No que diz respeito à evolução da pobreza em termos percentuais, também se constatou uma elevação nesse mesmo período, passando de 40,5% em 1980 para 44,0 em 2002, como já foi indicado. Esses resultados não deixam qualquer margem à dúvida de quão desastrosas foram, do ponto de vista social, as políticas econômicas implementadas nos países latino-americanos nos últimos anos.

No que toca à questão do cumprimento da meta estabelecida na Declaração do Milênio<sup>23</sup>, ao que tudo indica, ela não será alcançada. A própria CEPAL reconhece, em seus documentos oficiais, que a América Latina não tem logrado avançar, significativamente, na tarefa que leva à redução da pobreza extrema. Apesar de não manter uma postura pessimista — negando, completamente, a possibilidade de a referida meta ser alcançada — essa instituição não omite o quanto é difícil atingi-la. Isso fica muito claro em dos trechos do trabalho intitulado "Panorama Social de América Latina 2005", onde se afirma, com todas as letras:

<sup>23</sup> Esse documento foi elaborado durante a Cúpula do Milênio, realizada no ano 2000, pelos 189 Estados membros das Nações Unidas. Nele, esses países se comprometeram a alcançar uma série de metas de desenvolvimento (CEPAL, 2003).

**Tabela 2**  
População pobre e indigente, América Latina, 1980 – 2002<sup>1</sup>

Ano	Milhões de pessoas					
	Total <sup>2</sup>	Pobres <sup>3</sup>		Indigentes <sup>3</sup>		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1980	135,9	62,9	73,0	62,4	22,5	39,9
1990	200,2	121,7	78,5	93,4	45,0	48,4
1997	203,8	125,7	78,2	88,8	42,2	46,6
1999	211,4	134,2	77,2	89,4	43,0	46,4
2000	207,1	131,8	75,3	88,4	42,8	45,6
2001	213,9	138,7	75,2	91,7	45,8	45,9
2002	221,4	146,7	74,8	97,4	51,6	45,8

Fonte: CEPAL, 2004a, p.56.

<sup>1</sup> Estimativa correspondente a 18 países da região mais o Haiti.

<sup>2</sup> Pessoas com rendimentos inferiores à linha de pobreza. Inclusive as pessoas que se encontram em situação de indigência.

<sup>3</sup> Pessoas com rendimentos inferiores à linha de indigência.

<sup>4</sup> Quando o total não coincidir com as soma das parcelas é por uma questão de aproximação.

En términos del cumplimiento de la primera meta del Milenio, que consiste en reducir a la mitad, entre 1990 y 2015, la incidencia de la pobreza extrema, las cifras previstas hasta el año 2005 corresponden a un porcentaje de avance del 51% en la región. Este progreso es alentador, pero no hay que olvidar que sigue siendo insuficiente en términos del tiempo transcurrido del plazo total para la consecución de la meta, que equivale al 60% (es decir, 15 años de un plazo de 25). (CEPAL, 2005, p.9).

A razão dessa postura encontra justificativa na ocorrência de dois fatores. O primeiro diz respeito ao limitado crescimento econômico, que se observa nos países que integram a região. De acordo com as projeções recentes, baseadas no crescimento econômico dos países latino-americanos, cerca de 40,6% da população se encontraria em situação de pobreza, enquanto 16,8% não apenas seriam considerados pobres, posto que estariam sujeitos a uma situação de pobreza extrema, sendo, portanto, considerados indigentes. Isso significa dizer que, do ponto de vista absoluto, a América Latina contava, em 2005, com um total de 213 milhões de pessoas classificadas como pobres e 88 milhões de pessoas na condição de indigentes (CEPAL, 2005).

O segundo, por sua vez, refere-se aos parcos avanços que vêm sendo observados, nos últimos anos, nos países latino-americanos em matéria de redução da desigualdade. Esse é, na visão da CEPAL:

[...] el principal obstáculo que se interpone al éxito de los esfuerzos por reducir la pobreza en América Latina y el Caribe radica en que el mejor remedio para tratar la pobreza que aflige a la región — la reducción de la desigualdad — parece ser uno que le resulta muy difícil recetar. Una leve disminución de la desigualdad contribuiría mucho a reducir las privaciones extremas que se dan en la región. Sin embargo, al parecer son muy pocas las economías de la región que han sido capaces de lograrlo aun en pequeña medida. (CEPAL, 2003, p. 49).

Esse mesmo estudo da CEPAL dá conta de que *ceteris paribus* — para usar uma terminologia tão afeita aos economistas —, ou seja, mantidas constantes tanto a dinâmica de crescimento quanto de desigualdade, observada nos anos de 1990, no período que cobre o intervalo de tempo que vai de 2000 até 2015,

11 países da América Latina, de um total de 18 que foram investigados, não alcançarão a referida meta.

Vale assinalar que muitos desses países (Bolívia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela), ao invés de se aproximarem da meta, possuem um desempenho recente que se traduz em crescentes índices de pobreza. Já os outros (Brasil, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México e Nicarágua), mesmo se esforçando não conseguem atingi-la, posto que neles a redução da desigualdade e o crescimento têm sido demasiadamente pouco dinâmicos para reduzir a pobreza à metade no prazo fixado de 15 anos.

O único cenário que permitiria compensar, no menor intervalo de tempo de que hoje se dispõe, esse quadro de evidente atraso sofrido pela América Latina para alcançar a meta de redução da pobreza, da Declaração do Milênio, seria aquele em que houvesse a conjunção de dois fatores extremamente salutares e eficazes, quando se tem o objetivo de diminuir os níveis de pobreza de uma dada sociedade, quais sejam: conseguir crescimento econômico e redistribuição de renda.

Em se tratando do primeiro, ele deveria se situar em tal magnitude, que fosse capaz de suplantar os valores medidos durante o período em que não foram registrados avanços significativos, no que respeita à questão da redução da pobreza. De acordo com a perspectiva cepalina — formada a partir das simulações realizadas com as bases de dados das pesquisas domiciliares mais recentes aplicadas nos países latino-americanos — o nível de produto *per capita* condizente com a consecução da referida meta deveria aumentar, no período 2004 a 2015, a uma taxa de 2,9% ao ano e não apenas 2,6%, como estimado pela própria CEPAL. Tendo em vista que as taxas de crescimento necessárias para que a meta de redução da pobreza seja alcançada são de difícil obtenção, o segundo fator, no caso a redistribuição de renda, reveste-se de uma importância absolutamente fundamental, sobretudo nos países mais pobres.

Para não faltar com a verdade, é preciso reconhecer que há, na América Latina, ao menos um país, o Chile, que conseguiu obter resultados muito exitosos no que concerne à diminuição dos níveis de pobreza. Porém, a despeito disso, muita coisa ainda precisa mudar na economia chilena, de modo a torná-la mais justa e menos desigual.

Isso é o que sugere, por exemplo, a CEPAL, ao concluir que o Chile registra um dos índices de concentração de renda mais altos. A observância dessa realidade demonstra, no entendimento desse órgão, a necessidade de fortalecer o desenvolvimento social com políticas que permitam uma distribuição mais equânime do excedente econômico entre os diferentes atores que participam do processo de geração de riqueza, bem como atendam às necessidades das famílias menos favorecidas do ponto de vista do rendimento e melhorem as condições laborais e salariais dos estratos mais vulneráveis da força de trabalho (CEPAL, 2004a).

## REFERÊNCIAS

ALTENBURG, Tilman; QUALMANN, Regine; WELLER, Jürgen. Modernización económica y empleo en América Latina. Propuesta para un desarrollo incluyente. Series de la CEPAL: macroeconomía del desarrollo, Santiago, n. 2, p. 1-18, mar. 2001.

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). Revista Caderno CRH, Salvador, n.37, jul./dez. 2002.

ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? São Paulo, Cortez, 1995.

AMITRANO, Cláudio Roberto. Desemprego nos EUA e no G-4: abordagens e evidências. In: IX Encontro Nacional de Economia Política. Universidade Federal de Uberlândia, jun. 2004. Disponível em: ? [http://www.ie.ufu.br/ix\\_enep\\_mesas/Mesa%2023%20-%20Mundo%20do%20Trabalho%20III/Desemprego%20nos%20EUA%20.pdf?](http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2023%20-%20Mundo%20do%20Trabalho%20III/Desemprego%20nos%20EUA%20.pdf?) Acesso em: 08 jan. 2006.

BANDEIRA, Andrea C; GARCIA, Fernando. Reformas y crecimiento en América Latina. Revista de la CEPAL, Santiago, n. 77, p. 83-100, ago. 2002.

BAUMANN, Renato. Brasil en los años noventa: una economía en transición. Revista de la CEPAL, Santiago, n. 73, p. 149-172, abr. 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Mal-Estar na Pós-modernidade. RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A Precariedade está hoje por toda parte, in: Contrafogos, RJ, Ed. Jorge Zahar, 1998, p. 119-127.

CALEIRAS, Jorge. Globalização, trabalho e desemprego: trajetórias de exclusão e estratégias de enfrentamento. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Coimbra, set. 2004. Disponível em: ? <http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel11/JorgeCaleiras.pdf?> Acesso em: 08 jan. 2006.

CEPAL. Panorama social de América Latina 2005. Santiago, nov. 2005.

CEPAL. Panorama social de América Latina 2004. Santiago, nov. 2004a.

CEPAL. Una década de desarrollo social en América Latina, 1990-1999. Series CEPAL: libros de la CEPAL, Santiago, n. 77, may. 2004b, 300p.

CEPAL. Hacia el objetivo del milenio de reducir la pobreza en América Latina y el Caribe. Series CEPAL: libros de la CEPAL, Santiago, n. 70, feb. 2003, 76p.

CEPAL. La sostenibilidad del desarrollo en América Latina y el Caribe: desafíos y oportunidades. Series CEPAL: libros de la CEPAL, Santiago, n. 68, jul. 2002, 241p.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. Economia e Sociedade, Campinas, v.1, n.1, ago. 1992.

DEDECCA, Cláudio; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

DRUCK, Maria da Graça. Flexibilização e Precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. Revista Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002.

DRUCK, Maria da Graça; FILGUEIRAS, Luiz; NEVES, Laumar. Sindicatos e dirigentes sindicais na Bahia nos anos 90: diagnóstico e perspectivas. In: XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Petrópolis. CADERNO DE RESUMOS. SÃO PAULO: ANPOCS, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo, 2000, 231p.

FILGUEIRAS, Luiz. A desestruturação do mundo do trabalho e o "mal-estar" desse fim de século. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 171, p. 9-29, set./out. 1997.

FIORI, José Luis. Poder e mudança. Disponível em: ?[http://www.desempregozero.org.br/artigos/poder\\_e\\_mudanca.php?](http://www.desempregozero.org.br/artigos/poder_e_mudanca.php?) Acesso em: 06 fev. 2006.

FRENKEL, Roberto. Globalización y crisis financieras en América Latina. Revista de la CEPAL, Santiago, n. 80, p. 41-54, ago. 2003.

GAUTIE, Jérôme. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. Mana, 4(2), p. 67-83, 1998. Disponível em: ?<http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n2/2411.pdf?> Acesso em: 08 jan. 2006.

HUMPHREY, John. O impacto da técnicas "japonesas" de administração na indústria brasileira. Novos Estudos Cebrap, n. 38, p. 148-167, mar. 1994.

MATTOSO, J. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J.E.L.; S. NETO, J.F.; OLIVEIRA, M.A. (Orgs.). O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta. CESIT, 1994.

MORLEY, Samuel A. The effects of growth and economic reform on income distribution in Latin America. CEPAL Review, Santiago, n. 71, p. 23-40, aug. 2000.

MORLEY, Samuel A., MACHADO, Roberto, PETTINATO, Stefano. Economic Reforms Series, n. 12, January/1999, 36pp.

OIT. Panorama laboral 2004. Lima, OIT/ Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2004. 118 p.

RODRIG, Dani. Why is there so much economic insecurity in Latin America? CEPAL Review, Santiago, n. 73, p. 7-30, apr. 2001.

SAMPAIO JR., Plínio. Os desafios da luta de classes na econo-

mia globalizada. Diplô Brasil: caderno de debates do Le Monde Diplomatique edição brasileira, 2000, 1ª ed.

TAVARES, M. C. "As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência". In: TAVARES, M. C; FIORI, J. L. ; Desajuste global e modernização conservadora. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 75-126.

VERÍSSIMO, Luiz Fernando. A normalidade e o caos Sexta-feira. O Estado de São Paulo, 9 jul. 2002.

WELLER, Jürgen. El empleo terciario en América Latina: entre la modernidad y la sobrevivencia. Revista de la CEPAL, Santiago, n. 84, p. 159-176, dic. 2004.

WELLER, Jürgen. Tendencias del empleo en los años noventa en América Latina y el Caribe. Revista de la CEPAL, Santiago, n. 72, p. 31-51, dic. 2000.